

## Coisas, corpos e falas: índices que narram o desastre patrimonial<sup>1</sup>

Mariane Aparecida do Nascimento Vieira<sup>2</sup>  
Doutora pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.

### Resumo

De modo cotidiano somos atravessados por desastres que são marcados pela narrativa da perda e do trauma, tanto quanto da resiliência e da luta. O enfoque do presente texto está no que chamarei de desastre patrimonial, ou seja, um evento crítico que causa prejuízos ou mesmo a destruição de um patrimônio. Em especial, tomo como caso paradigmático o Museu Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). O paço de São Cristóvão, sua sede, sofreu um incêndio de grandes proporções no dia 2 de setembro de 2018, que afetou e destruiu parte considerável das coleções científicas e didáticas, bem como, dos espaços expositivos, reservas técnicas e salas de aula. Para analisar as mudanças e permanências no pós-desastre, partirei das memórias e narrativas produzidas pela comunidade museal, atentando para os variados suportes privilegiados.

É importante observar o contexto de disputa em que as memórias do desastre são tecidas, visto que logo na primeira semana se iniciam as investigações para determinar as causas do fogo e a possibilidade de improbidade administrativa. Na imprensa, a administração universitária é posta em suspeita, enquanto se discute a criação de uma agência estatal para gerir a reconstrução, a Agência Brasileira de Museus que viria a substituir o Instituto Brasileiro de Museus, tirando do organograma da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o Museu Nacional. Nos anos seguintes, as disputas permanecem, com destaque para a proposição que o Paço passasse a abrigar um centro dedicado à memória da família imperial. Desta vez, sugerindo a retirada do Paço da administração universitária.

No que tange às narrativas tecidas pela própria comunidade museal, ganha destaque uma linguagem cara aos museus, as exposições. Apenas cerca de quatro meses após o incêndio, em janeiro de 2019, é inaugurada a primeira exposição contando com itens de coleções resgatadas, “Quando Nem Tudo era Gelo – Novas Descobertas no Continente Antártico”. No mês seguinte foi inaugurada a amostra “Museu Nacional Vive – Arqueologia do Resgate” contando com coleções resgatadas e novas aquisições. As coisas expostas evidenciaram os trajetos variados do fogo, que alterou formas e materiais. Lado a lado às exposições, a memória do desastre se desdobra em uma série de suportes, tais como, publicações, *lives* e até mesmo, no corpo da comunidade museal, através de tatuagens referentes a símbolos da instituição, caso do próprio edifício. A tecitura das memórias geradas no contexto pós-incêndio pela comunidade museal,

---

1 Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024). A pesquisa que originou os dados e discussões propostos por este trabalho foi financiada, em diferentes fases, pela bolsa de doutorado Nota 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), editais de auxílio do PPGAS e da parceria que viabilizou o edital da Wenner-Gren.

<sup>2</sup> Atualmente atua como museóloga do Instituto Tunga.

diretamente afetada, transitam pelo passado e projetos de futuro que modelam os caminhos da reconstrução, enquanto as próprias identidades e papéis sociais são reconfigurados.

**Palavras-Chave:** Museu Nacional; Memórias; Pós-incêndio.

## **Introdução**

Na noite do dia 2 de setembro de 2018, um foco de incêndio possivelmente iniciado por uma falha em um dos ar-condicionados do auditório Roquette Pinto (Cfe.: Museu Nacional, nota à imprensa, 6 jul. 2020) se alastrou rapidamente, alcançando todos os cômodos do Paço de São Cristóvão. O edifício é a sede do Museu Nacional (Rio de Janeiro, Brasil), desde 1892, e além das exposições, era ocupado pelos setores e departamentos, com suas reservas técnicas, salas de aula, gabinetes. O incêndio atingiu grandes proporções e, por isso, será aqui considerado um *desastre patrimonial* que expôs os riscos cotidianos existentes e a incapacidade dos mecanismos de mitigação empregados para evitá-los, levando às perdas e uma reorganização da instituição e suas frentes de trabalho. No que tange à reorganização, Veena Das (1995) ao etnografar um “evento crítico” atentou para o fato de que deste podem surgir novos modos de ação, alterando práticas existentes.

O Museu Nacional, como o nome sugere, é um museu universitário vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que modula a identidade nacional através de seu acervo científico e didático voltado para as ciências naturais e sociais. Essa tipologia carrega desafios inerentes, dando pistas acerca do próprio papel ocupado pelas ciências no país e da posição dianteira das universidades na produção e difusão dessas ciências em um cenário de contingenciamentos de recursos públicos. Da perspectiva patrimonial, o paço e suas coleções são bens tombados de interesse público e, como tal, foco de responsabilidades e disputas que o atravessam e produzem efeitos. Em termos cotidianos, o museu é produto de coisas (suas coleções) e pessoas (comunidade museal) que reúnem, salvaguardam, pesquisam, divulgam tais coisas.

Pereira (2018) cunhou o termo “comunidade museal” em referência à comunidade acadêmica e científica que compõe o Museu Nacional, evidenciando a diversidade de áreas e multiplicidade de atores que formam o museu. Adotarei esse termo para acoplar os diferentes perfis que compõem o corpo social deste museu, a ver, servidores (docentes e técnicos-administrativos), discentes (do Ensino Médio através do

convênio com o Colégio Pedro II, alunos de graduação e pós-graduação) e prestadores de serviço/terceirizados. Para dimensionar o tamanho dessa comunidade basta lembrar que, no momento do incêndio, o museu dispunha de 90 docentes, 218 técnicos-administrativos e mais de 400 alunos, se considerarmos apenas as pós-graduações da instituição, sem contar os demais perfis não quantificados nos relatórios anuais (Museu Nacional, 2018).

Esta comunidade herdou e dá continuidade ao trabalho iniciado pelas gerações anteriores, ao longo de duzentos anos, a considerar a data do decreto que deu origem à primeira instituição científica do país, em 6 de junho de 1818. Nesse ínterim, além do deslocamento espacial, da área do Campo de Santana em que o museu residia (hoje habitado pelo Centro Cultural Museu da Casa da Moeda) para a Quinta da Boa Vista, aumentou consideravelmente o tamanho de seu corpo social e de suas coleções, distribuídas entre os departamentos de antropologia, botânica, entomologia, geologia e paleontologia, invertebrados, vertebrados e seções de assistência ao ensino, memória e arquivo, museologia.

As coisas do Museu Nacional, entre espécimes, plumárias, remanescentes humanos, livros, afrescos e tantas outras, tem suas próprias “biografias” (Kopytoff, 2008). Enquanto documentos, carregam pistas nas suas matérias, nas suas marcas, das pessoas que as fabricaram, as coletaram. No encontro com o fogo, o edifício e tudo que abrigava passou a carregar os índices dessa ação, assim como, da água que foi utilizada no combate às chamas e dos microrganismos que emergiram nesse novo ambiente. De modo semelhante ao corpo das coisas, marcado pelo desastre, o corpo das pessoas não foi diferente. O desastre demandou uma reorganização da comunidade museal (re)criando memórias incorporadas, a partir de novas e/ou remodeladas práticas.

Havia a necessidade de realocar aqueles que com o incêndio perderam suas condições de trabalho para as demais edificações do museu, ao mesmo tempo que se buscava recursos e doações de materiais de escritório. Em relação às coleções, o tempo de resgate era crucial visto a fragilidade de grande parte do acervo, potencializada pelo desastre e intempéries em meio aos escombros. O resgate de acervos demandou auxílio técnico, protocolos, contratação de serviços especializados de limpeza, escoramento e consolidação do edifício.

Em paralelo, uma força tarefa interinstitucional foi criada para auxiliar a instituição<sup>3</sup>, a Polícia Federal iniciou uma investigação para determinar as causas do desastre, auditorias foram conduzidas por órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) visando determinar as responsabilidades pelo ocorrido e a gestão universitária foi posta em questão. Enquanto a imprensa rememorava a série de incêndios ocorridos nos últimos dez anos na UFRJ<sup>4</sup>, declarações desencontradas eram divulgadas - caso da suposta recusa da universidade de um aporte de recursos do Banco Mundial por não desejar transformar o museu em uma organização social - e, a retirada da instituição da gestão universitária é sugerida através da proposta de criação da Agência Brasileira de Museus (ABRAM) que, caso tivesse sido implementada, teria substituído o IBRAM.

Neste contexto de narrativas em disputa que implicam diretamente nas condições de reconstrução após o desastre, pode ser profícuo analisar o modo como a própria comunidade museal acionou diferentes suportes para narrar a passagem do *luto* para a *luta*. Tais suportes funcionam como meios de narrar trajetórias individuais e coletivas entrelaçadas com a da própria instituição.

## Disputas

No decorrer de sua trajetória, o Museu Nacional transitou por diferentes instâncias na estrutura federativa. Durante o império, pertenceu ao Ministério dos Negócios do Império e, em seguida, ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Com o advento da república, perpassou o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, permanecendo neste durante sua transformação de secretaria em ministério, até ser incorporado à Universidade do Brasil (Museu Real, 2021). A ida do museu para a universidade, em 1937, seguida de um hiato entre 1941 e 1946, em que esteve subordinado diretamente ao Ministério da Educação

---

<sup>3</sup> A força tarefa criada para fornecer auxílio técnico ao Museu Nacional foi composta por Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (Rodrigues-Carvalho, 2022).

<sup>4</sup> Em menos de dez anos que antecedem o incêndio do palácio de São Cristóvão, uma série de edificações da UFRJ sofreram incêndios: Capela do Palácio Universitário (2011); almoxarifado Faculdade de Letras (2012); laboratório do Centro de Ciências da Saúde (2014); oitavo andar da reitoria (2016). E, em 2018, além do Museu Nacional, o laboratório da Pós-Graduação e Pesquisa de Geografia e nono andar do Hospital Universitário Fraga Filho igualmente sofreram um incêndio (Cf. Mengue, 2018).

(Fernandes, Barroso, 1966), coincidiu com o momento em que esta recebeu diretrizes mais delineadas. Na lei que a renomeou para Universidade Federal do Rio de Janeiro, juntamente ao Museu Nacional, mais 15 escolas e faculdades foram integradas visando reunir uma comunidade dedicada ao estudo, formação de quadro de profissionais do magistério e das demais funções da vida pública (Brasil, 1937). Para o museu, representou uma ampliação de escopo.

O decreto de criação do museu definiu como sua missão “propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes no Reino do Brazil [...] que podem ser empregados em benefício do commercio, da industria e das artes [...]” (Brasil, 1818, *online*). Ainda que possamos remontar a configuração moderna do museu público associada ao objetivo de instrução da população (Bennett, 2009), neste contexto, a instrução estava ligada a uma conformação ao processo civilizatório, visando instruir a população. Ao ser associado com a universidade, o Museu Nacional mais do que reunir coleções, fruto de coletas sistemáticas e pesquisas que pudessem contribuir para o benefício comercial, industrial e cultural do país, e expô-las ao público, agregou a missão do ensino. Deste modo, se torna um museu de caráter metropolitano, universal (Lopes, 2009) e, igualmente, universitário. Dentro da estrutura universitária, se encontra no Fórum de Ciência e Cultura, órgão criado com a reforma universitária de 1967 que inclui, lado a lado ao museu, mais sete órgãos suplementares<sup>5</sup>.

A associação com a universidade modelou sua identidade, ainda mais se considerarmos a criação das pós-graduações, a partir da década 1960, que contribuem diretamente para a criação e ampliação das coleções através das pesquisas desenvolvidas pelos docentes, discentes e colaboradores. No entanto, entre a comunidade museal não é raro a menção de que a posição ocupada pelo Museu Nacional dentro da estrutura universitária trouxe constrangimentos e um certo apagamento, em relação ao governo federal. Um exemplo recorrente que foi lembrado logo após o incêndio como símbolo do abandono do museu, no horizonte da federação, é de que o último presidente a visitá-lo, antes do incêndio, foi Juscelino Kubitschek, em 1958 (Museu [...], 2018a). Tendo isso em vista:

Em novembro de 2000 foi constituída pela Secretaria de Ensino Superior do MEC uma Comissão para examinar as possibilidades de alteração da situação institucional do Museu

---

<sup>5</sup> Sendo eles: Sistema de Bibliotecas e Informações da UFRJ (SIBI), Casa da Ciência, Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE), Universidade da Cidadania, Núcleo de Rádio e TV, Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural da UFRJ (SIMAP) e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi).

Nacional, de modo a lhe garantir condições de reprodução à altura de sua tradição, patrimônio cultural e desempenho científico corrente (Museu Nacional, 2000, p. 6).

O incêndio trouxe visibilidade e uma busca recorrente por definir responsabilidades, em termos do desastre e da reconstrução. Enquanto gestora, a universidade foi apontada como principal responsável, a partir de argumentos variados. O primeiro recurso argumentativo acionado pela imprensa foi o histórico de incêndios ocorridos nos edifícios universitários, a partir da década de 2010. E, associado a estes, o debate acerca do orçamento disponível para a manutenção da estrutura universitária. De um lado, a rememoração do contingenciamento da verba destinada pelo governo federal para manutenção das universidades (Betim, 2018). De outro lado, a menção de que servidores em cargos de gestão estariam associados a partidos políticos de esquerda, como o PSOL, o que teria influenciado a (má) gestão que teria levado ao desastre (Reitoria [...], 2018). Neste sentido, é paradigmático a divulgação de que a UFRJ teria recusado um aporte de US\$80 milhões do Banco Mundial para o museu, pois teria que permitir a desvinculação da instituição de seu organograma, que se tornaria uma fundação independente (Museu [...]. 2018b). A declaração foi desmentida pelo próprio Banco Mundial e pela reitoria da UFRJ. O ponto central é atentar para o modo como, em seguida, há uma tentativa de retirada do museu da universidade, por conta da proposta de criação da ABRAM, em 10 de setembro de 2018.

Embora não concretizada, a ABRAM elucida o cenário de disputas que vão marcar os anos da reconstrução do pós-desastre. A principal medida criada para, de certo modo, responder às críticas da gestão universitária e reafirmar a permanência do museu e do palácio nesta, foi a criação de uma nova estrutura de governança, o Projeto Museu Nacional Vive. Em 31 de agosto de 2019 foi assinado um protocolo de intenções entre a universidade, Fundação Vale, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e UNESCO visando auxiliar na reconstrução do museu, seguido do termo de cooperação técnica que veio a ser assinado em 3 de março de 2020 - com exceção do BNDES que, apesar de não ter assinado o termo, participa da estrutura de governança. Desta forma, a nova governança foi formalmente implementada em 2020, embora as negociações tenham iniciado em 2018. Entre os principais desafios para a execução dos projetos previstos, sobretudo para a restauração do palácio e sua ocupação com as novas exposições, estão os recursos necessários e a complexidade dos protocolos. Em especial, o atraso do IPHAN na análise dos projetos básicos e

executivos para a restauração do paço ocasionaram um aumento significativo nos custos das obras (Controladoria-Geral da União; Secretaria Federal de Controle Interno, 2022).

A nova governança pode ser analisada enquanto uma resposta às críticas, a partir da reunião de parceiros reconhecidos por sua expertise técnica na gestão de projetos na área do patrimônio, entretanto, não anulou as disputas. Por exemplo, em 2021, setores monarquistas do governo federal divulgaram a sugestão do paço ser retirado do museu e transformado em um centro turístico voltado para a memória da família imperial (Coletta, Saldaña, 2021). A reportagem sinalizou que entre os apoiadores estaria o superintendente do IPHAN do Rio de Janeiro à época. Em outra instância, enfatizar as disputas em âmbito federal é apenas um dos fios argumentativos, aqui privilegiado para evidenciar que a verdadeira questão em jogo era a possibilidade (ou não) de reconstruir o Museu Nacional após o desastre.

Internamente, as formas de condução da reconstrução ganharam frentes de trabalho e estratégias diversas. O espaço que não foi atingido pelo incêndio (prédio Alípio Ribeiro e edificações no Horto Botânico) foi redistribuído para abrigar os membros da comunidade museal que ocupavam o paço, o Núcleo de Resgate de Acervos (NRA) criado para resgatar as coleções em meio aos escombros, uma campanha lançada para angariar doações e, assim sucessivamente. O foco das próximas páginas estará em evidenciar os suportes utilizados para divulgar as ações em cursos, promovidas pela comunidade museal, como um veículo de produção de memórias. Desta forma, a ideia de que o museu *vive*, criada pela assessora de imprensa<sup>6</sup> na semana do incêndio, ganhou vulto, indo de encontro às tentativas de retirada do museu da universidade e o palácio do museu. Ao montar exposições, promover *lives*, publicar coletâneas e relatórios, a comunidade museal tece memórias que argumentam a favor da continuidade da instituição e da importância do trabalho ali desenvolvido.

### **Produção de memórias**

A memória tem sido objeto de inquirição de diferentes áreas do conhecimento, o que carrega o desafio de, ao tomá-la como argumento, não cometermos os “abusos da memória” pela maneira frouxa com que tem sido utilizada (Berliner, 2005). Sugiro que partir da ideia de produção de memórias no pós-incêndio do Museu Nacional é uma

---

<sup>6</sup> Seguindo a mesma estratégia adotada na tese, os cargos serão enfatizados e o nome dos membros da comunidade museal preservados.

maneira profícua de acompanhar como a comunidade museal ao dar continuidade às suas frentes de trabalho, narra a si mesma e se posiciona frente às disputas. Para tal, o foco estará mais do que numa memória produzida para representar a nação, na memória da comunidade museal enquanto o coletivo que irá produzir as narrativas que fazem deste um museu nacional e universitário.

Halbwachs (2006) chamou à atenção que a memória está relacionada aos contextos sociais em que é produzida e reproduzida. Para ele, a memória individual está sempre atrelada às relações estabelecidas com uma comunidade afetiva, ou seja, ninguém nunca se lembra sozinho. Contudo, os silenciamentos e apagamentos não foram alvo de sua análise. Neste viés, Pollak (1989) argumentou acerca da violência imbricada no processo de construção da memória, dando como exemplo a memória nacional. Paul Connerton (2008), por sua vez, chamou à atenção que para uma memória coletiva perdurar é necessário mais do que lembranças compartilhadas por seus membros, sugerindo que a transmissão de fato ocorre por práticas incorporadas e rituais. De modo correlato, indicou que lembrar é sequenciar eventos em uma narrativa, ainda que:

[...] it is possible to imagine that the members of two quite different groups may participate in the same event, even so catastrophic and all-engulfing an event as a great war, but still these two groups may be to such a degree incommensurable that their subsequent memories of that event, the memories they pass on to their children, can scarcely be said to refer to the 'same' event (Connerton, 2008, p. 20).

Um dos referentes que auxilia na estabilidade da memória compartilhada de um certo evento com determinado grupo é o espaço (Connerton, 2008). No caso do Museu Nacional, além do próprio edifício ser um bem patrimonializado, as coisas que guardava igualmente o eram e, como tal, são suportes de memória, tanto para a comunidade museal, quanto para a sociedade. Mas o que acontece quando este espaço e todas as coisas são atravessadas por um desastre? O fogo é um “acontecimento” que ao ser narrado como um incêndio produz memórias compartilhadas<sup>7</sup>. Se focarmos na experiência da comunidade museal vemos como a presença do fogo produziu memórias incorporadas, ainda que não necessariamente todos os membros tenham vivido da mesma maneira o evento - a ver, nem todos os setores e departamentos foram diretamente afetados pelo fogo, nem todos estiveram no palácio durante o incêndio e assim em diante.

---

<sup>7</sup> Sobre a diferenciação entre acontecimento e sua narração, Cfe. Bensa e Fassin, 2002.



Por sua vez, as cerimônias funcionam como uma forma de transmitir a memória do desastre de maneira coletiva, independente de seus efeitos desiguais. É o caso dos eventos anuais que marcam o aniversário de criação do museu (6 de junho) e do incêndio (2 de setembro). De modo semelhante, podemos citar as exposições, publicações, *lives* e tatuagens como outros exemplos de veículos de transmissão e produção de uma memória coletiva.

Figuras 1 e 2 - Acervo coletado na Antártida e diorama reconpondo o ambiente glacial



Fonte: Autora, 2019.

Uma das características que distinguem um museu é o seu compromisso com o público, em que se destaca a exposição de objetos de seu acervo dentro de uma narrativa associada à missão da instituição. O incêndio atingiu, entre outras áreas, os espaços expositivos. A primeira exposição inaugurada após o desastre foi “Quando Nem Tudo era Gelo – Novas Descobertas no Continente Antártico”, no Centro Cultural Museu Casa da Moeda, em 16 de janeiro de 2019 e reuniu parte significativa da comunidade museal, atuando como uma cerimônia de celebração da reconstrução. Tratava-se de uma exposição que seria inaugurada no paço, adaptada para este local, mostrando itens do acervo (Figura 1) e dioramas (Figura 2). De um lado, a exposição provou que a comunidade se encontrava ativa e, de outro lado, reafirmou que nem todo o acervo havia sido perdido, em um momento em que ainda não era possível produzir um relatório de perdas.

Enquanto um acervo público trata-se de um bem inalienável. Annette Weiner (1985) ao analisar a troca a partir de bens de valor colocados fora de circulação por seus

donos, a partir da experiência dos Maori da Nova Zelândia, recupera as contribuições de Mauss e define que

Inalienable wealth takes on important priorities in societies where ranking occurs. Persons and groups need to demonstrate continually who they are in relation to others, and their identities must be attached to those ancestral connections that figure significantly in their statuses, ranks, or titles. To be able to keep certain objects that document these connections attests to one's power to hold oneself or one's group intact. For to give up these objects is to lose one's claim to the past as a working part of one's identity in the present (Weiner, 1985, p. 210).

À revelia do contexto distinto de análise, proponho fazer uso das contribuições de Weiner transpondo a noção de bens inalienáveis para as coleções depositadas no Museu Nacional. As coleções são construídas em relação com as pessoas que coletam, fabricam, conservam, estudam tais coisas. As identidades de coisas e pessoas são atreladas. Na exposição relativa ao trabalho de campo realizado por parte da comunidade museal na Antártica, os dioramas retratam o ambiente em que habitaram por meses para a realização de pesquisas e os espécimes coletados expostos geram conhecimentos até então desconhecidos, associados às equipes que os descobriram.

An individual's role in social life is fragmentary unless attached to something of permanence. The history of the past, equally fragmentary, is concentrated in an object that, in its material substance, defies destruction. Thus, keeping an object defined as inalienable adds to the value of one's past, making the past a powerful resource for the present and the future (Weiner, 1985, p. 210).

De certo modo, reunir e guardar coleções é ligar a própria trajetória a algo perene que fabrica uma identidade coletiva, ao ser retirado de circulação e se tornar um patrimônio coletivo. O esforço de resgate dos remanescentes de coleções no palácio aponta para um dever jurídico, ético, científico, mas também identitário. Isso fica ainda mais explícito na amostra “Museu Nacional Vive – Arqueologia do Resgate” inaugurada em 25 de fevereiro de 2019 no Centro Cultural Banco do Brasil (Rio de Janeiro).

Em duas salas foram expostos acervos de coleções resgatadas, novas aquisições e mesmo itens que não foram afetados pelo desastre, dos setores e departamentos de Antropologia, Arqueologia, Entomologia, Etnologia, Geologia e Paleontologia, Invertebrados, Vertebrados, SEMEAR e SAE. Esta exposição foi elaborada com o objetivo de apresentar o acervo do Museu Nacional, a partir da narrativa da reconstrução que marca o pós-desastre. A incorporação do incêndio na narrativa expositiva, iniciada com esta amostra, irá se perpetuar nas exposições seguintes. Parte

considerável das coisas expostas carregam as marcas do incêndio que alterou sua própria materialidade (Figura 3).

Figuras 3 e 4 - Itens do acervo resgatado e homenagem aos heróis anônimos



Fonte: Autora, 2019.

A curadoria foi composta por curadores do resgate e curadores associados e pesquisadores colaboradores, articulando cerca de 50 servidores. Lado a lado do nome dos curadores, foram listados todos os funcionários da empresa contratada para realizar a estabilização e limpeza do edifício, cerca de 70 pessoas. Desse modo, a proposta de uma curadoria compartilhada, polifônica, ressaltou a continuidade no trabalho de salvaguarda do acervo. Trabalho este que só é possível com a mobilização de uma série de profissionais, incluindo os operários<sup>8</sup>.

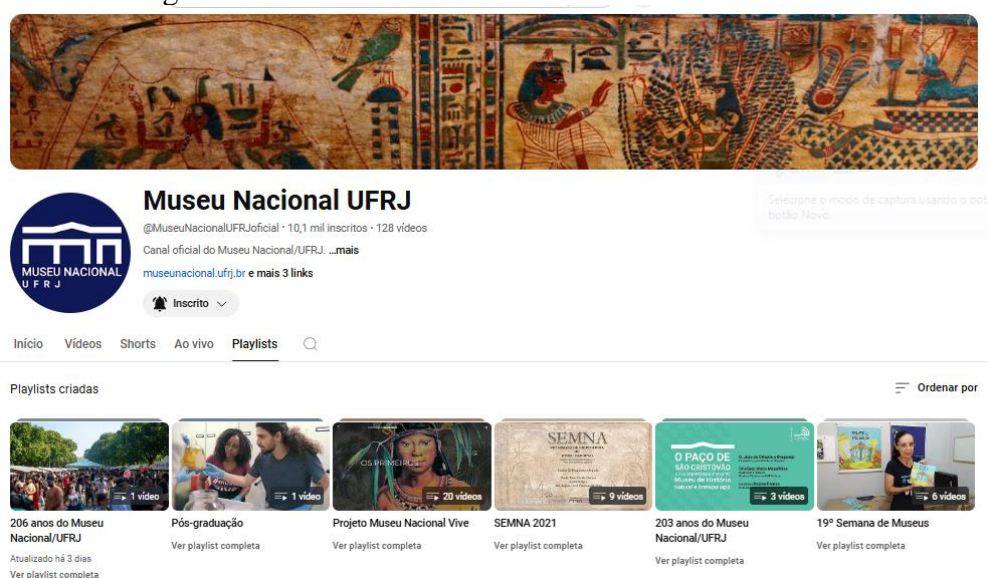
Além do acervo e textos introdutórios acerca das coleções de cada setor, a curadoria fez uma homenagem aos “heróis anônimos” (Figura 4). Destacaram que: “Em meio às chamas, alguns servidores conseguiram recuperar objetos das coleções em diferentes áreas do Palácio, arriscando suas vidas pelo Museu Nacional e seu patrimônio”. Sandrine Revet (2007) definiu como “herói local” aqueles que, em meio a um desastre, são reconhecidos por seu ato de heroísmo pela sua comunidade. Na narrativa expositiva foi dado destaque ao técnico administrativo que salvou os tipos da coleção de moluscos. Em meio a um cenário de disputas pela gerência da reconstrução

<sup>8</sup> A sugestão de inclusão dos nomes da equipe da Concrejato veio de uma historiadora, técnica-administrativa do Museu Nacional. A servidora investiga documentos do século XIX em que continuamente se depara com anonimato daqueles que trabalhavam cotidianamente na instituição e, ao atuar no Núcleo de Resgate de Acervos, passou a anotar na ficha catalográfica o nome dos operários que a auxiliavam no resgate das coleções (Informação Oral, 2018).

do Museu Nacional, que na prática representou a rápida mudança de posição da comunidade, de *vítima* para *possível culpada*, o reconhecimento de um herói local ganha ainda mais vulto.

De modo semelhante, nomear um herói e listar o nome da série de atores que tornaram possível reunir o acervo e expô-lo é um exercício de cidadania patrimonial (Lima Filho, 2015), em que se fez uso de um suporte recorrente, a exposição, enquanto um documento que atesta aqueles que atua(ra)m na reconstituição da instituição após o desastre.

Figura 5 - Canal do Museu Nacional UFRJ no YouTube



Fonte: Autora, 2024.

Cabe ressaltar que a ideia dos heróis locais, enquanto pessoas anônimas que auxiliaram no salvamento do museu e na atuação na sua reconstrução reaparece em outros suportes. O próprio processo de resgate foi documentado pela Coordenadoria de Comunicação Social (COORDCOM), fazendo uso de imagens e de entrevistas que mostram o cotidiano do NRA. A partir das *lives*, que foram promovidas no canal oficial no YouTube (Figura 5), iniciadas no período de isolamento social implementado para evitar a contaminação da Covid 19, é igualmente evidente o processo de produção de uma memória coletiva acerca do desastre e seus desdobramentos. De maneira geral, as *lives* foram utilizadas enquanto recurso de divulgação de outros suportes, por exemplo, uma exposição, uma publicação ou para dar atualizações acerca dos projetos de reforma, restauração e ocupação do palácio e demais edificações.

Dentre quatorze *lives* realizadas após o incêndio e disponíveis na lista de reprodução “Lives Museu pós-incêndio”, três fazem referência explícita às “memórias do museu” em seu título, a ver: *Museu de memórias, histórias e trajetórias*, em 21 de julho de 2020 e *Memórias do Museu Nacional*, em 25 de setembro de 2020, ambas acerca do projeto de extensão *Renascer das Cinzas: memórias, histórias e trajetórias* e *Lançamento do Livreto “500 dias de Resgate: memória, coragem e imagem”*, em 6 de abril de 2021. Enquanto uma instituição de memória, o museu não foi apenas atravessado pelo incêndio enquanto *vítima*, mas incorpora o desastre como parte constituinte da sua trajetória, marcando a existência de um “antes” e “depois”. Em termos de alcance deste recurso, a possibilidade de assistir remotamente fez com que os vídeos alcançassem amplo público, sendo a mais transmitida relacionada à *Abertura da exposição virtual “Primeiros Brasileiros”*, com 6,7 mil visualizações, seguida das conversas relativas à experiência do NRA, como *Relatos do Resgate: Conservação, Restauro e a Coleção Imperatriz Teresa Cristina*<sup>9</sup>, com mais de 3 mil visualizações.

As *lives* de divulgação do livreto “500 dias de resgate - Memória, coragem e imagem”, primeira publicação oficial do NRA, instância efêmera criada em resposta ao desastre, são ilustrativas da construção de uma memória comum do pós-desastre. Tal como ilustra o trecho, a seguir:

etapa de campo do resgate, que é uma etapa de grande esforço, não só físico, quanto emocional [...] o resgate só existe, infelizmente, por conta do incêndio de 2 de setembro de 2018. Não preciso falar muito, nem projetar muito, é um evento catastrófico, traumático, que realmente dilacerou a nossa instituição. Mas então, dia 2 foi um dia terrível e no dia 3 a proto equipe de resgate já estava na frente do palácio, já passou o dia na Quinta da Boa Vista esperando para ver se os bombeiros deixavam entrar. Proto equipe porque os mesmos rostos que a gente vê nas fotos hoje daquele dia, são os rostos que se repetem na equipe de resgate no núcleo que se formou ao redor dessa missão. [...] E no dia 3, quando os bombeiros permitiram que a gente entrasse na frente do palácio, porque existiam coleções de minerais e meteoritos na sala da frente. Não se sabia ainda se iria desabar ou se não ia. Permitiram então que se entrasse com muito cuidado, com acompanhamento dos bombeiros, para retirar os materiais, [foi] quando o Bendegó foi visto intacto. É claro que o meteorito fica intacto, mas nem o mármore rachou, gente. Então a pilastra do Bendegó de madeira e os balaústres de madeira foram resgatados, também alguns meteoritos menores que estavam na frente e quando a gente encontrou partes da coleção Werner.

---

<sup>9</sup> A comunidade museal participa em uma série de eventos promovidos por outras instituições parceiras, o que inclui igualmente a presença em *lives* narrando a experiência no museu pós-incêndio.

Então isso, foi esse o sinal, que essas pessoas que estavam lá no dia 3 precisavam. Foi esse o sinal da esperança [...] (Bióloga, docente do Departamento de Geologia e Paleontologia In: 500 dias de resgate: etapas [...], 7 abr. 2021, 7 min e 54 s.).

A fala da docente mostra que as ações de salvamento que se iniciaram de forma emergencial durante o incêndio, tiveram continuidade logo no dia seguinte, evidenciando o compromisso com a salvaguarda patrimonial. Vislumbrar bens icônicos como o meteorito de Bendegó e itens da Coleção Weiner (cuja associação entre minerais e coletor atesta mais uma vez a produção de uma identidade imbricada) aparece como “um sinal de esperança”, evidenciando que o trabalho a ser realizado tinha possibilidade de fato de resgatar partes do acervo.

O trecho também indicia o “drama social” vivido pela comunidade museal (Turner, 2008), ou seja, uma situação de conflito diante dos modos distintos que cada membro enxerga(va) em que frente da reconstrução os esforços deveriam estar concentrados. Dito de outro modo, há um grupo específico que encarou como missão o resgate, enquanto outros membros da comunidade museal se voltavam para as demais frentes da reconstrução. Os efeitos de um evento crítico ficam explícitos, por exemplo, no modo como o protocolo elaborado na semana do desastre para o resgate de acervo considerou um contingente maior de servidores atuando na área e precisou ser reelaborado (Cf. Rodrigues-Carvalho, 2022).

*O planejamento das ações em si sofreu algumas alterações. [...] o planejamento de equipes acabou por ser profundamente impactado. Limitações de acesso à área sinistrada, por questões de segurança, somados aos impedimentos de possíveis colaboradores por questões de saúde em um ambiente complexo, acabaram por reduzir dramaticamente o contingente de pessoal em atividade. [...] Cabe enfatizar que o que entendemos por “reduzido” ou “simplificado” relaciona-se com as dimensões e demandas da empreitada. Ao longo de 2018 e no primeiro semestre de 2019, nos dias de pico tínhamos cerca de 30 pessoas dedicadas à ação, chegando a 50 com a presença de alunos (na área externa ao Palácio). Nossa estimativa é de que precisaríamos triplicar esse contingente nos períodos mais intensos de resgate (Rodrigues-Carvalho et al., 2022, p. 21).*

A área do desastre no processo de resgate só podia ser acessada por servidores, pois estes estariam legalmente respaldados caso sofressem algum acidente. Se considerarmos que em 2018 o museu contava com cerca de 300 servidores, apenas 10% atuaram ativamente no resgate. O resgate exigiu, mais que um protocolo de ação, a criação de novas práticas corporais em condições extremas.

O trabalho no resgate foi uma experiência desafiadora e gratificante. Desafiadora porque o grande esforço físico exigido

na operação e o uso do equipamento de proteção individual sob o calor do Rio de Janeiro nos levavam ao limite do suportável. Gratificante porque sempre que encontrávamos objetos em meio aos escombros, sentíamos retribuídos por nossa consciência patrimonial (Agostinho In: Rodrigues-Carvalho, 2021, p. 56).

Mauss ([1935] 2003) aponta o corpo enquanto o primeiro objeto técnico do homem e que as técnicas corporais são apreendidas em sociedade. Diante do desastre, o corpo da comunidade museal precisou se adaptar às novas condições para que fosse possível resgatar parcialmente as coleções. Das (1995), conforme mencionado anteriormente, apontou como um dos desdobramentos de um evento crítico, a criação de novos modos de ação. Portanto, sugiro que mais que um protocolo de atuação nos escombros, atuar dentro do paço pós-desastre exigiu a criação de novas técnicas corporais que, em meio a uma situação traumática e desafiadora, incorporava o sentimento de gratidão e de distinção, em relação àqueles que investiram em outras frentes da reconstrução. Essa experiência gerou um conhecimento já replicado para situações semelhantes, caso do auxílio da equipe do Museu Nacional ao Museu de História Natural e Jardim Botânico após sofrer um incêndio, em 2020 (UFMG, 2020)

Quanto às possíveis justificativas para o baixo contingente de participação no NRA, algumas pistas podem ser elencadas. Primeiramente, outras frentes de atuação se fizeram igualmente necessárias. Conforme mencionado, logo após o incêndio demandas externas emergenciais surgiram, que ficam explícitas na realização de auditorias. Por exemplo, a necessidade de realização do Plano Museológico, previsto na Lei nº 11.904/2009. De modo semelhante, era necessário investir na aquisição de novas coleções e na continuidade do tratamento do acervo que não foi afetado, bem como, nas negociações para obtenção de parcerias (como a que tornou possível o Projeto Museu Nacional Vive) e recursos. Por fim, a universidade passa por um quadro de envelhecimento, o que faz com que grande parte destes servidores não dispusessem de condições físicas e emocionais para atuar em condições adversas. Portanto, as estratégias de reconstrução não são unânimes.

Por fim, o último suporte que será explorado é a inscrição no corpo da comunidade museal do museu, a partir do pós-incêndio, através da feitura de tatuagens. Uma discente do mestrado em Geociências do Museu Nacional/UFRJ idealizou o projeto “Museu na pele”, em parceria com o tatuador Luís Bebert e o Núcleo de Comunicação e Eventos do Museu Nacional, com patrocínio da Electric Ink e do Grupo Amazon que forneceram o material para a realização das tatuagens. Através do projeto

foram realizadas mais de 70 tatuagens na comunidade museal, com desenhos que fazem referência à relação de cada tatuado com o museu. Desta maneira, a tatuagem surge como mais um modo de registrar a memória no contexto pós-desastre.

Então a gente tem que fazer o museu continuar. O museu vai continuar, ele vive. E tatuagem é indelével, está marcada na sua pele e vai ficar para sempre. [...] Eu já devo ter feito umas 70 tatuagens mais ou menos até agora. O registro da memória é a linha principal do que motiva as pessoas. [...] fora o registro da memória tem motivações pessoais, tem lembranças, tem registros de afeto. Cada um tinha uma relação muito própria com o museu. [...] Eu tatuei um rapaz, por exemplo, ele terminou o mestrado dele agora e eu acho que está indo para o doutorado e a relação dele com o museu é desde o 1º ano do 2º grau que ele fez iniciação científica com o [Colégio] Pedro II. Então ele tem toda uma trajetória de vida relacionada ao museu (*Tatuador e artista visual* In: # 7 De Cara Limpa [...], 6 set. 2019, 1 min 44 s).

O incêndio criou hábitos e práticas corporais através do deslocamento da comunidade e da demanda pela realização de um trabalho antes impensável, resgatar acervo em escombros. Por outro lado, estimulou a criação de inscrições corporais através das tatuagens (Figura 6), a partir da ideia de realizar um “registro da memória” a partir de “motivações pessoais”, “afetos” que apontam para relação individual e coletiva de cada pessoa com a instituição.

Figura 6 - Página Museu Na Pele no Instagram



Fonte: Autora, 2024.

## Considerações Finais

Se as coisas em si são documentos, sobrepostas a elas está uma série de narrativas que vão muito além de suas fichas catalográficas, tecendo as trajetórias de quem produziu, coletou, pesquisou, remetendo às descobertas científicas que possibilitou, às exposições em que participou. Ao olharmos para as coisas, acessamos seu valor a partir das narrativas que dão sentido a elas. Deste modo, reconstruir suportes de memória criados após o desastre de 2 de setembro de 2018 é um modo de acessar



como as narrativas incorporam o incêndio, enquanto parte da história e trajetória das coisas e pessoas, tanto quanto, as práticas e memórias incorporadas que surgem.

## Referências Bibliográficas

- 500 DIAS de Resgate: etapas do resgate. **Museu Nacional / UFRJ** (YouTube), 7 abr. 2021. 1 vídeo (1h8min). Live. Disponível em: «[https://www.youtube.com/watch?v=14BBMZ-BU0o&list=PLHXof\\_4JwgmLwWcnBoKkKBTJWUbcPegeg&index=8&t=8s](https://www.youtube.com/watch?v=14BBMZ-BU0o&list=PLHXof_4JwgmLwWcnBoKkKBTJWUbcPegeg&index=8&t=8s)». Acesso em: 8 jun. 2024.
- BENNETT, Tony. **The Birth of the museum**. London: Routledge, 2009, 278p.
- BENSA, Alban; FASSIN, Eric. Les sciences sociales face à l'événement. **Terrain**. Anthropologie & sciences humaines, vol. 38, p. 5-20, mar. 2002.
- BERLINER, David. Social thought & commentary: The abuses of memory: Reflections on the memory boom in anthropology. **Anthropological Quarterly**, pp. 197-211, 2005.
- BETIM, Felipe. Incêndio acirra debate sobre verba para Museu Nacional na busca por culpados. **El País** [Online], Rio de Janeiro, 05 set. 2018. Disponível em: «[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/04/politica/1536097870\\_413822.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/04/politica/1536097870_413822.html)». Acesso em: 8 jun. 2024.
- BRASIL. Lei nº 11.904/2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: «<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/11904.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11904.htm)>>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 452, de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/10452.htm#:~:text=LEI No 452%2C DE 5 DE JULHO DE 1937.&text=Organiza a Universidade do Brasil.&text=Art.e alunos%2C consagrados ao estudo](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10452.htm#:~:text=LEI%20No%20452%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201937.&text=Organiza%20a%20Universidade%20do%20Brasil.&text=Art.%20e%20alunos%20consagrados%20ao%20estudo)». Acesso em: 8 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_. Decreto de 6 de junho de 1818. Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Sant'Anna que manda comprar e incorporar aos proprios da Corôa. Disponível em: «<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39323-6-junho-1818-569270-publicacaooriginal-92501-pe.html>>>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- COLETTA, Ricardo Della; SALDAÑA, Paulo. Governo quer transformar Museu Nacional em Palácio Imperial e deixar acervo fora. **Folha de S. Paulo** [Online], 26 mar. 2021. Disponível em: «<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/03/governo-quer->

[transformar-museu-nacional-em-palacio-imperial-e-deixar-acervo-fora.shtml](#)». Acesso em: 8 jun. 2024.

CONNERTON, Paul. **How societies remember**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2008, 121 p.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU); SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO (SFC). Relatório de avaliação / Museu Nacional - MN / Exercício 2018 - 2021. Rio de Janeiro, 13 set. 2022. Disponível em: «<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1308836>». Acesso em: 8 jun. 2024.

DAS, Veena. **Critical events**. An anthropological perspective on contemporary India. London: Oxford University Press, 1995, 230 p.

FERNANDES, Manoel A. C. Barroso (Org.). **Universidade do Brasil (atual) Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1948-1966**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1966, 261p. Disponível em: «<https://biblioteca.forum.ufrj.br/images/sampledata/Arquivos2/UFRJ1948-1966.zip>». Acesso em: 8 jun. 2024.

KOPYTOFF, Igor. A biografia das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, 197p.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania Patrimonial. **Revista Antropológicas**, v. 26, p. 134- 155, 2015.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. Os museus e as ciências naturais no século XIX. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, 369 p.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003, pp. 399-422.

MENGUE, Priscila Museu Nacional foi o sétimo prédio da UFRJ atingido por incêndio desde 2011. **O Estado de S. Paulo** [Online], 03 set. 2018. Disponível em: «<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,museu-nacional-foi-setimo-incendio-em-predio-ligado-a-ufrj-desde-2011,70002486121>». Acesso em: 8 jun. 2024.

MUSEU NACIONAL. Nota à imprensa, de 06 de julho de 2020. Disponível em: <<[https://www.oeco.org.br/wp-content/uploads/2020/07/07\\_2020\\_NOTA-RELATORIO-POLICIA-FEDERAL-FINAL.pdf](https://www.oeco.org.br/wp-content/uploads/2020/07/07_2020_NOTA-RELATORIO-POLICIA-FEDERAL-FINAL.pdf)>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual 2018**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2018, 160p.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual do Museu Nacional 2000**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2000, 114p.

MUSEU Nacional já teve visitas de Albert Einstein, Madame Curie e Santos Dumont.

**G1** [Online], 3 set, 2018a. Disponível em: <<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/03/museu-nacional-ja-teve-visitas-de-albert-einstein-madame-curie-e-santos-dumont.ghtml>>>. Acesso em: 2 jul. 2024.

MUSEU Nacional teve proposta de US\$ 80 milhões do Banco Mundial. **O Globo** [Online], 3 set. 2018b. Disponível em: <<<https://oglobo.globo.com/rio/museu-nacional-teve-proposta-de-us-80-milhoes-do-banco-mundial-23036407>>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

MUSEU REAL. In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, c2021. Disponível em: <<<http://www.dichistoriasaude.coc.fiobruz.br>>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes. “Notas sobre cinzas, resgate e ajuda”. Manuscrito não publicado. 2018, 9 p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

REITORIA da UFRJ é comandada por filiados ao PSOL. **Gazeta do Povo** [Online], Rio de Janeiro, Folhapress, 5 set. 2018. Disponível em: <<<https://www.gazetadopovo.com.br/cultura/reitoria-da-ufrj-e-comandada-por-filiados-ao-psol-d3udo0fq0uwa5tkopr7g3y7yu>>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

RENET, Sandrine. **Anthropologie d'une catastrophe**. Les coulées de boue de 1999 au Venezuela. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, 366 p.

RODRIGUES-CARVALHO, Cláudia; CARVALHO, Luciana; AMARAL, Ana Luiza do; REIS, Silvia; BITTAR, Victor (Orgs.). Depois das cinzas: Conservação preventiva das coleções recuperadas pelo Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022, 104 p.

\_\_\_\_\_. 500 dias de Resgate – Memória, coragem e imagem. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2021, 141p.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas**. Niterói: Eduff, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). UFMG institui comissões para auxiliar na recuperação de acervo do MHNJB. **UFMG** [Online], 23 jun

2020. Disponível em: «<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-institui-comissoes-para-auxiliar-na-recuperacao-de-acervo-do-mhnjb>». Acesso em: 03 jul. 2024.

WEINER, Annette B. Inalienable wealth. **American Ethnologist**, v. 12, n. 2, pp. 210-227, 1985.